

# VIABILIZAR OU INVISIBILIZAR<sup>1</sup>

## Uma crítica feminista à cidade

Shirley Terra Lara dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

A partir do ponto de vista feminista interseccional serão exemplificadas algumas práticas urbanas atuais que estão servindo a favor da violência urbana contra a mulher brasileira. Desde o início da formação das cidades, as mulheres – de diferentes cores, classes e sexualidades – são oprimidas dentro e fora de suas residências, seja pela sua estrutura familiar ou pela sociedade culturalmente naturalizada a perceber a mulher como objeto sexual e de conquista. Porém cabe a nós profissionais de arquitetura e urbanismo - responsáveis socialmente pela idealização e projeto das cidades – refletirmos sobre as formas e práticas adotadas por nós, que vêm contribuindo e oportunizando as vivências hostis, agressivas e violentas entre cidade e a mulher. Segregação urbana, mobilidade – transporte público, desenho das vias, iluminação pública, assim como legislação, equipamentos e mobiliário urbano, serão apontados aqui como possibilidades de transformação social.

Palavras-chave: feminismo, cidade, mulher.

### Abstract

From the intersectional feminist point of view, some current urban practices that are serving urban violence against Brazilian women will be exemplified. From the beginning of the formation of cities, women - of different colors, classes and sexualities - are oppressed inside and outside their homes, either by their family structure or by the culturally naturalized society perceiving the woman as a sexual object and conquest. However, it is up to us architecture and urban planning professionals - socially responsible for the idealization and design of cities - to reflect on the forms and practices adopted by us, which have been contributing and opportunizing the hostile, aggressive and violent experiences between city and woman. Urban segregation, mobility - public transportation, road design, street lighting, as well as legislation, equipment and urban furniture, will be mentioned here as possibilities for social transformation.

Keywords: feminism, urbanism, woman.

<sup>1</sup> Artigo originalmente escrito para a disciplina “Estudos Antropológicos de Gênero e Teoria Feminista”, ofertada pelo Departamento de Antropologia e Arqueologia - DAA - ICH/UFPel. Ministrada pelas professoras Flávia Rieth, Loreadana Ribeiro e Lori Altmann, em 2015.

<sup>2</sup> Feminista, Graduada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPel.  
Email: ssantosufpel@gmail.com.



Em 1961, Jane Jacobs – jornalista americana – já alertava sobre a insegurança percebida cotidianamente nas ruas das grandes cidades, é internacionalmente reconhecida como precursora na crítica ao planejamento urbano, arquitetura e, conseqüentemente desenho urbano “ortodoxo moderno”. Jacobs denuncia, desde então, traçados urbanos que concretizava a “anti-cidade”, ruas e arquitetura hostis à vida humana e em comunidade. Autora de um manifesto de mais de 500 páginas, que evidencia a discussão e defesa sobre cidades que promovam a autonomia dos bairros, onde esses sejam “acolhedores” e “voltados para si mesmos”. A força da teoria sobre a cidade que estava em crescente formação em meados do século XX, não poderia ser tão atual, até hoje o olhar de Jacobs é considerado por estudos que buscam uma prática profissional mais humana e sensível às diversidades que compõem as grandes cidades. Não é capacidade exclusiva do arquiteto e urbanista a percepção sobre os “poderes” que ordenam e planejam as cidades, o mercado capitalista e a política neoliberal que veem transformando as ruas em um grande cenário publicitário de ambientes urbanos labirínticos que são a expressão visual e literal da palavra hostilidade.

Porém, ainda assim, poucos são os profissionais que tomam para si a responsabilidade sobre a violência, segregação, saúde urbana –entre outras pautas dos movimentos sociais- na hora de projetar e pensar a cidade. Idealizar a cidade, dizer-se planejador urbano, ditar leis, diretrizes e planos urbanos, sem ter a consciência sobre os impactos sócios econômicos e culturais que as nossas decisões sobre a materialidade urbana é no mínimo, irresponsável, além de contradição ética profissional. Segundo Maricato, 2013:

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda a melhoria das condições de vida, é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, transporte, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte, ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. (MARICATO, 2013)

A defesa de Ermínia Maricato confirma a necessidade de desenvolver uma nova lógica de política e cultura, de atentar ao compromisso profissional para a potencialização de práticas urbanas que produzem espaços, sendo assim, vetores de transformações sociais.

Como praticar uma arquitetura e urbanismo que venham a viabilizar as mudanças que as lutas sociais tanto reivindicam? A partir da perspectiva político feminista, acredito que possamos atender diferentes pautas dos movimentos que abarcam as urgências do ambiente urbano. Portanto, manifesto aqui, a defesa de propormos cidades “feitas para mulheres”. Alguns acharão essa ideia redundante, absurda, outros até mesmo, preconceituosa, afinal as mulheres já conquistaram o mercado de trabalho, somos

Figura 1 - As ruas sem visuais para o pedestre se tornam hostis e inseguras, diferente de quando damos usos aos terreos das edificações, trazendo à via pública movimento transeuntes e maior segurança.  
(a) Vias públicas de bairro sobre da cidade de Vila Velha/ES. Fonte: Google Street View, 2015.  
(b) Vias de acesso de condomínio residencial fechado na cidade de Campo Grande/MS. Fonte: Blog Urbanidades, 2015.)

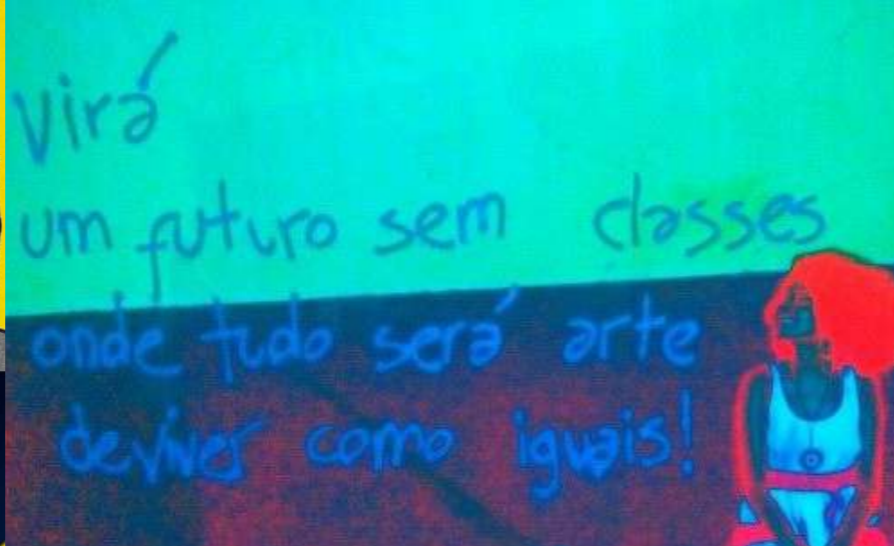


Figura 2 - Cartaz - "We all can do it!" (todas nós podemos), exemplifica sobre a união das diferentes mulheres em prol da luta feminista, sem invisibilizar as suas diferenças. Fonte: Google Imagens, 2015.  
Figura 3 - Foto de mulher em frente à piteira de classes. Fonte: Google Imagens, 2015.

atualmente 57% da população brasileira. Mesmo assim, sigo na minha defesa, e vamos primeiro desconstruir algumas socializações a cerca do que é "ser mulher" e sobre o movimento feminista.

### Feminismo Interseccional: contexto e política feminista

Sobre o movimento feminista é importante salientar que é um movimento que pode ser compreendido e estudado por diferentes vertentes. Visto que a mulher é discriminada, violentada e oprimida desde os tempos ancestrais em diversas culturas e distintas maneiras. Sendo assim é preciso ter um recorte de tempo/cultura para contextualizar "qual feminismo" está sendo abordado. Neste artigo, a perspectiva feminista interseccional, considerada uma das ondas feministas da contemporaneidade. Portanto, é importante a reflexão para quais e por quais mulheres o feminismo luta, tendo como pauta principal a luta das mulheres descolonizadas (negras, indígenas, latinas, mestiças), mulheres LBT's (lésbicas, bissexuais, transexuais, ou seja, não heterossexuais/cisgêneras), com recorte de classes (contra a atual estrutura social de classes). Segundo Djamilia Ribeiro e Audre Lorde, é construído este discurso:

É sabido que existem vários feminismos, que o movimento é diverso e heterogêneo. Existem várias vertentes, perspectivas, modos de atuação. Feminismo não é dogma, se constrói todos os dias, é um movimento em aberto. Eu me sinto contemplada pelo **feminismo interseccional, ou seja, de não existir primazia de uma opressão sobre outras, já que todas são subordinadas a mesma estrutura** [...] (RIBEIRO, 2015)

Segundo (Lorde, 1938): Da minha participação em todos esses grupos, aprendi que opressão e intolerância de diferenças aparecem em todas as formas e sexos e cores e sexualidades — e que entre aqueles de nós que compartilham objetivos de libertação e um futuro viável para nossas crianças, não pode existir hierarquia de opressão. Eu aprendi que sexismo e heterossexismo surgem da mesma fonte do racismo. (...) E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (LORDE, 1938)

Ou seja, ao pensarmos para qual mulher queremos construir a cidade, é preciso entender que todas as mulheres sofrem opressões, porém, diferentes opressões. Os índices de violência contra a mulher, dependendo de qual mulher se trata, são diferentes, é preciso então, a conscientização de que a partir da atual estrutura social patriarcal, capitalista, racista e LGBTfóbica, há diferentes lutas a traçar, em prol de um objetivo único. Então, desconstruir a ideia de "mulher" que é socializada pelos dogmas religiosos, padrões midiáticos, heteronormativismo, heterossexualismo e círculos

personais, é fundamental para proposta de espaços públicos que venham a contribuir para o empoderamento e futura emancipação e libertação da mulher brasileira.

O feminismo interseccional propõe então, uma luta unificada, mas diversa, entre essas distintas mulheres que sempre estiveram à margem social, um feminismo que atenda apenas a uma "categoria" de mulher, não o representa.

### Espaço Urbano: movimento LBT's e as implicações das doutrinas religiosas nas diretrizes urbanas

De acordo com (Nicholson, 2000): Precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão "até o fundo" — aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao "gênero (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo." (Linda Nicholson, 2000)

A respeito das lutas sociais dos LBT's\*, alguns dados: o GGB (Grupo Gay da Bahia) diz que a cada 28 horas, um LBT's\* morre no Brasil. Sendo que a taxa de expectativa de vida de uma mulher transexual é de 35 anos. (SAMMARCO, 2013). Pesquisas apontam que se nada for feito a respeito da qualidade de vida das mulheres transexuais, as taxas de morte por transfobia, falta de saúde e péssimas condições de habitação-trabalho, só irão aumentar. A sociedade como um todo é responsável pela falta de cidadania que proporciona a essas mulheres. Guetos urbanos são constituídos, turismo sexual legalizado, bairros e comunidades são espacialmente destinados a essas mulheres LBT's\*. Precisamos nos atentar a essas questões quando planejarmos as cidades, não é porque "sempre foi assim", que algumas decisões devem ser mantidas. Mulheres lésbicas, bissexuais e principalmente, transexuais, vivem à margem da sociedade a décadas, e nada é feito, a respeito de políticas urbanas. Os projetos urbanos são ainda idealizados por um discurso e realidade patriarcal, heteronormativa, sexista e branca. Baseado em argumentos estritamente de origem religiosa, temos a nossa ciência autorizada a naturalizar sexismos e que se não forem desconstruídos na prática, poucos avanços serão conquistados em relação à segregação urbana. Como pensar uma cidade que atenda às mulheres LBT's\* se elas se quer são consideradas mulheres pela legislação? Se as políticas para educação sexual ainda não consideram a sexualidade da mulher lésbica, ao informarem suas jovens? Como incluir essas mulheres, totalmente invisíveis, ao pensar a cidade formal - visível? Toda a cidade tem o seu "gueto", sua zona de prostituição, zona residencial, zona comercial e etc, definidas e regulamentadas nos seus planos diretores, não é mesmo? Mas definidas por quem?! Muitos profissionais fazendo uso da atribuição de urbanista são aqueles que definem esses zoneamentos quando descartam algumas áreas da cidade em prol de especulação imobiliária ou quando direcionam o crescimento da cidade para uma direção específica por ordem de "outros poderes". Visibilizam áreas da cidade, em detrimento de outras, sendo coniventes com a segregação social, e com a formação dos guetos. Portanto autorizam e propõem espaços urbanos com a cabeça de homem, cissexual, branco de classe média, como lhe é ensinado nas universidades, onde dificilmente se projeta uma cidade segura para população LBT que vive à margem econômico-social.

Conforme (Jacobs, 2000, p 30 a 32): O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. (...) E nos fala que a ideia

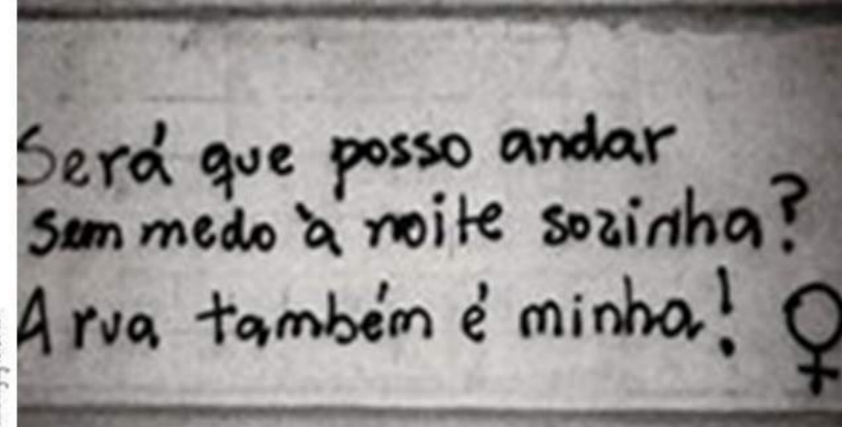


Figura 4 - Cartazes a respeito da visibilidade Lésbica e Bissexual durante marchas auto-organizadas por mulheres. Fonte: Google Imagens, 2017.

de segurança não é mantida apenas pela polícia, que o desenho urbano, o traçado da cidade, as decisões urbanísticas implicam na manutenção da segurança. “[...] pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.”

Baseada na leitura de Jacobs, pode-se relacionar a mulher e a ideia de “cidade legal” com tal questionamento: por qual razão as mulheres LBT’s se sentem mais seguras em guetos sociais, zonas de violência que muitas vezes são insalubres, do que nos territórios considerados da cidade “legal”? Reconhecer a importância atual e histórica, desses guetos para a integridade física e sensação de pertencimento entre iguais é o importante para o “sentir-se segura”. Porém há que existir, na contemporaneidade, a defesa de um espaço urbano que seja totalmente livre das doutrinas religiosas, que rompa com o *status quo* e que proporcione real segurança física e psíquica à comunidade LBT’s. A urgência por um governo que opere sem as amarras das doutrinas de qualquer que seja a religião é eminente para descriminalização e libertação da comunidade LGBT’s\*, enquanto cidadãos com direito à cidade.

**A cidade “legal”: mobilidade urbana e violência contra a mulher**

No contexto de violência, logo se pensa tratar apenas de casos de violência física e/ou sexual, mas atualmente, entende-se também, como violência a mulher diferentes ações, como: psíquica, física, econômica, sexual, etc. O Brasil ocupa hoje, o 7º lugar no *ranking* mundial dos países mais violentos contra a mulher. De acordo com o “Mapa da Violência” (Flacso/Brasil 2015), o índice de morte de mulheres brancas, nos últimos 10 anos, caiu para 10 %, enquanto no mesmo período de tempo, subiu 54% o índice de mulheres negras mortas no país. A mesma pesquisa, nos mostra que o segundo local onde as mulheres mais sofrem violência é a na via pública. Considerando, a cidade legal – formal – sendo os centros urbanos das cidades como as conhecemos hoje, construídas a favor do patriarcado. Pode-se dizer sobre mobilidade urbana, infraestrutura, transporte público, vias, acessos, equipamentos urbanos, elaborados por um sistema que não priorizar o pedestre, o pobre, a mulher. As formas

Figura 5 - Desenhos do cartunista político Vitor Teixeira, sobre o caso de transfobia - agressão policial-sofrido por Verônica Bolina – modelo, mulher transexual. Fonte: perfil Facebook do artista, 2015.



da cidade – desenho urbano, bem como o trânsito – mobilidade urbana, e os traçados urbanos – vias e acessos, trajetos público privados, ainda estão sobre perspectiva do homem branco, hetero de classe média/alta. As poucas mulheres que conseguiram romper com a barreira, sócio cultural, histórica, saindo de casa e alcançando o mercado de trabalho ainda não têm posse da cidade, ainda não fazem uso dos espaços urbanos da mesma maneira que os homens sempre fizeram.

O homem pensa a cidade a partir das suas relações cotidianas com a cidade: casa-trabalho, não consideram as dinâmicas sociais da mulher, que ainda mantém turnos de trabalho doméstico e compromissos ligados à manutenção da casa, mesmo tendo ingresso no mercado de trabalho. A vivência da mulher está relacionada a múltiplos deslocamentos urbanos que vão além do trajeto casa-trabalho, incluem, por exemplo: idas e vindas de mercado, feira, creches, escola, farmácia, lojas, ou seja, a mulher ainda é responsabilizada por tarefas domésticas que acabam determinando uma experiência urbana diferente e não percebida pela experimentação cotidiana dos homens. Podemos então dizer que as cidades ainda expressam e naturalizam as desigualdades e opressões à mulher. A defesa é de uma cidade proposta para as diferentes mulheres, que contribua como agente transformadora, a favor da luta feminista: contra o patriarcado e a heteronormatividade.

A maioria das mulheres que usam a cidade diariamente o faz por meio de transporte público, seja ele ônibus ou metrô. Visto que as mulheres ainda recebem menores salários em relação aos homens, e as mulheres negras menores salários que as mulheres brancas, é totalmente explicável que a mobilidade urbana de qualidade, se transforme em uma ferramenta fundamental para a emancipação da mulher urbana. Ainda mais, se considerarmos a cidade a partir de perspectiva da mulher que vive na periferia e que, conseqüentemente, demandará maior tempo de deslocamento até o seu local de trabalho. A relevância e panorama da qualidade do transporte público brasileiro são evidentes, porém foi em junho de 2013, a partir das manifestações em prol do passe-livre, que pudemos visibilizar a luta dos movimentos sociais que defendiam a mobilidade urbana como uma dos retratos da discriminação e segregação social. Se a situação, do transporte público, já é considerada caótica pela vivência



Figura 7 - Manifesto durante marcha por emancipação da mulher. Cartaz de Debate organizado por mulheres bikers, transversalizando as lutas sobre cidade, mulher, mobilidade urbana e feminismo. Fonte: Google Imagens, 2015.

Figura 6 - Cartaz manifesto reivindicando a autonomia do corpo da mulher, contra o assédio da mulher nas ruas. Pixo que denuncia a falta de segurança da mulher na via pública, ou seja, a rua determinando o ir e vir da mulher. Fonte: Google Imagens, 2015.



Figura 8 - Campanha organizada pelo projeto "chega de fiufiu" por maior visibilidade aos assédios sofridos pelas mulheres nos espaços públicos. Fonte: Google Imagens, 2015.

urbana do homem, vejamos pela perspectiva das mulheres brasileiras.

As lutas feministas denunciam cada vez mais a relação do descaso com o transporte público e as agressões às mulheres: paradas (pontos de ônibus) e estações de metrô mal iluminadas, atrasos em relação ao horário do transporte – que ocasionam em esvaziamento das ruas, além das denúncias mais óbvias e recorrentes que são das agressões psicológicas e físicas às quais as mulheres são refém dentro do transporte. Em busca de sentirem-se mais seguras, as mulheres que dependem do transporte público para deslocarem-se passaram a buscar outras alternativas, uma delas é confirmada pelo crescente número de mulheres que aderiram ao uso das bicicletas. Mas ainda são poucas, em relação à quantidade de homens *bikers*, visto que muitas ainda não se sentem confortavelmente seguras ao andar de bicicletas pelas ruas, devido aos frequentes assédios provenientes dos homens. Porém, as cidades ainda não estão preparadas para essa nova dinâmica urbana, há falta de mobiliário urbano público específico para a prática, como bicicletários e postos de manutenção para as bicicletas e claro, a quantidade de ciclo faixas e ciclovias nas cidades brasileiras ainda é muito abaixo do ideal.

A objetificação e sexualização do corpo da mulher são umas das maiores reivindicações dos movimentos feministas, palavras de ordem que fazem relação da vivência da mulher com a cidade, e das violências urbanas contra a mulher nas ruas, são inúmeras. Cresce o número de movimentos organizados, coletivos e frentes de mulheres que saem às ruas manifestando as suas vivências urbanas opressoras. O próprio fato de mulheres ocuparem as ruas - seja pelo grito, ou pelo pixo- delas sentirem-se durante o tempo da manifestação, donas das ruas e seguras de não terem seus corpos assediados, já faz da intervenção urbana um ato de emancipação e empoderamento de seus corpos e da cidade para a mulher. A ideia de território corpo e território cidade é extremamente coabitado para a mulher, ao sair nas ruas, desde a infância, ela é ensinada a como se comportar, o que vestir e por onde andar, para que não esteja à mercê das inseguranças das ruas. Sabe-se que uma política educacional sobre equidade e respeito às diferenças de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade que faça da cidade um ambiente seguro para as mulheres. Portanto, não nos responsabilizarmos por uma estrutura urbana que contribui à violência da mulher é inadmissível. Como defende Moschkovich (2013) "Segregar transporte público é sugerir, como outrora, que mulheres são culpadas pela própria sexualidade – e pela dos homens [...]".

O governo já reconhece a violência à mulher como uma pauta importante

para a segurança pública e desenvolvimento social, porém há muito a avançar a respeito de políticas públicas a mulher, principalmente pela falta de responsabilização do governo pela legitimação de uma cidade dita "formal" que propicia os assédios e agressões a nós, mulheres. Práticas como a do "Vagão Rosa" de trem, destinados somente às mulheres, confirma sobre a ciência do Estado e dos órgãos reguladores das cidades, de que algo deve ser feito para segurança das mulheres no transporte público. Mas como dito antes, a decisão não corresponde a um governo comprometido de fato com a causa feminista, para que haja tal comprometimento é preciso antes, que haja uma responsabilização social. Determinar vagões específicos para o uso de mulheres além de reforçar o sexismo e o heteronormativismo que são construções socioculturais fortemente enraizadas nas sociedades atuais, desde a ancestralidade, não promove segurança pública à mulher, ao contrário. Quanto mais a sociedade achar que homens e mulheres não podem coexistir no mesmo espaço com respeito, equidade de direitos e uso dos espaços urbanos – públicos ou privados- maior serão os índices de violência contra a mulher. Políticas públicas que conscientizem a população em defesa da mulher, e não que culpabilizassem a vítima e/ou reforçassem os estereótipos socializados de que o homem e a sociedade obtêm poder sobre a vida e corpo da mulher, devem ser colocadas em práticas e tratadas como prioridade. Ao invés da sensação de segurança, que deveria ser o resultado dos "vagões rosas", as mulheres estão sendo quase coagidas a terem que usá-los, pois caso elas sofram qualquer tipo de assédio em um dos outros vagões, são culpabilizadas pela ação opressora dos homens. Além do absurdo de uma vítima ser acusada de "querer" ser violentada, o número de vagões destinados às mulheres não corresponde a proporção mulher por habitante das cidades onde foram implementados. Talvez, melhor decisão tivesse sido de pintar todos os vagões de rosa, talvez assim os homens pudessem vivenciar em algum momento do dia, como é viver num cenário dito público, sem se sentir dono daquele lugar. Pois é essa a sensação



Figura 9 - Manifestação contra os vagões rosa. Fonte: Google Imagens, 2015.



Figura 10 - Manifestação em metrô a respeito dos assédios e agressões ocorridas dentro do transporte público. Fonte: Google Imagens, 2015.



Figura 11 - Pixo em cidade latina demonstra a transversalidade das lutas feminista e anticapitalista, manifestam o empoderamento do corpo e da terra. Fonte: Google Imagens, 2015.

da mulher brasileira ao andar nas ruas, somos coagidas, assediadas, agredidas o tempo inteiro, não nos sentimos donas da nossa cidade, temos nossos corpos e vontades sobre poder de uma sociedade que tem suas diretrizes guiadas pela perspectiva social do homem.

### A cidade como ferramenta de empoderamento para mulher

*Lo quiero es contar con las tres culturas – la blanca, la india. Quiero la libertad de poder tallar y cincelar mi propio, cortar la hemorragia con cenizas, modelar mis propios dioses desde mis entrañas. Y si ir a casa me es denegado entonces tendré que levantarme y reclamar mi espacio, creando una nueva cultura – una cultura mestiza – con mi propia madera, mis propios ladrillos y argamassa y mi propia arquitectura feminista (Anzaldúa, 1987).*

As cidades são então palco, cenário e agente transformador das dinâmicas sociais. Desconsiderar tamanha potência do espaço urbano como este agente é, no mínimo, irresponsável do ponto de vista da função social do profissional de arquitetura e urbanismo. Para ação urbanística é necessária a reflexão sobre teorias sociais, entendimento sobre diferentes críticas culturais. Entendendo que a luta feminista se dá no âmbito pessoal (a mulher e a sua vivência corporal), mas também por meios de políticas públicas e práticas urbanas, pode-se sim, projetar e planejar as cidades considerando o posicionamento político feminista. Com tudo, é eminente nos responsabilizarmos em quanto mulher/homem, sociedade e categoria profissional no combate a violência contra a mulher. Com a conscientização, respeito e projeto para as diferentes mulheres que coabitam as nossas ruas, concretiza-se uma cidade de fato diversificada, que atenda as demandas mais básicas do urbanismo, como: desenho universal, permeabilidade visual, iluminação pública, mobilidade urbana, infra-estrutura, saneamento, equipamento e mobiliário urbanos, etc. Pois há mulheres de diferentes idades, cores, classes sociais, limitações físicas, gostos, padrões, performances; dificilmente consiga-se projetar para tamanha diversidade de pessoas sem tal recorte político feminista, visto que, mesmo ao pensar em todas essas “categorias”, sem atentar-se a vivência da mulher, haverá invisibilização das experiências da mulher com a cidade, e contribuição para a manutenção da desigualdade entre gêneros.

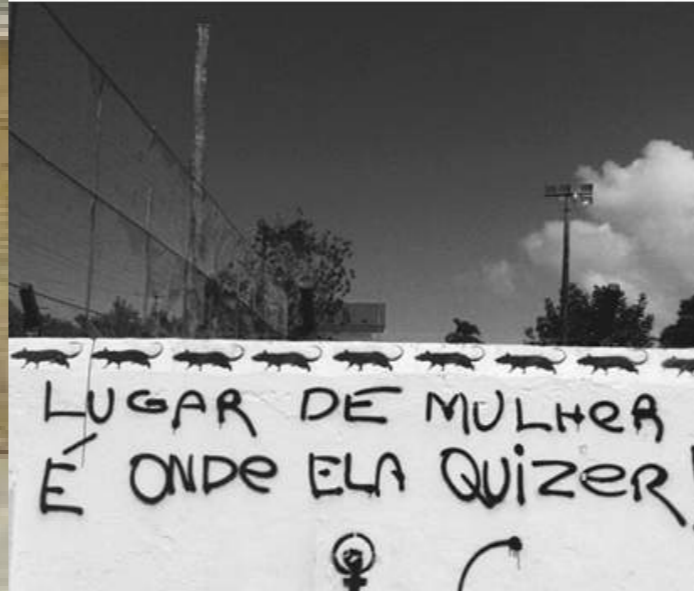


Figura 12 - Manifestações feministas. Fonte: Google Imagens, 2017.

Viabilizar um plano político para diretrizes urbanas, considerando a proposta feminista é concretizar a prática profissional como ferramenta de transformação social, atualmente, de maneira mais abrangente. Transgredir então, o olhar androgênico e eurocêntrico ao ensinar e praticar o urbanismo, é fundamental. A cultura latina está expressa não só na cor e no corpo da mulher brasileira, mas também nas suas cidades. Padrões europeus são colocados como ideais de beleza, tanto nos corpos, quanto nas ruas. É necessário que as mulheres desconstruam esses padrões naturalizados como “certos” e reivindiquem suas cores, formas e dinâmicas sociais que determinam os traços que as suas cidades expressam. Porém, não podem deixar de refletir quais dessas culturas e dinâmicas são de fato originárias e quais estão a tanto tempo sendo impostas no cotidiano que passaram a ser consideradas “naturais”. E mesmo quando identificadas como originárias, algumas experiências com seus corpos e com os corpos das outras, é importante que seja questionada, algumas feministas nos alertam sobre as opressões que as mulheres já sofriam do patriarcado ancestral, mesmo antes da dominação europeia sobre seus corpos e suas terras, que vem hoje a ser: a padronização imposta pelo patriarcado ocidental. Ngozi (2012), escritora, poetiza e feminista nigeriana, levanta questões sobre essas amarras sociais enraizadas: “Para quem serve a cultura? A cultura funciona, afinal de contas, para preservar e dar continuidade a um povo.[...] A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.”

Tal fala, remete a ideia de cidade defendida pelo sociólogo urbano Park (1967, p.3):

[...] a mais consistente, e no geral, a mais bem sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo.

Percebendo estas dinâmicas sociais adversas para homens e mulheres e a reprodução e naturalização de opressão contra a mulher através de práticas urbanísticas, retomo aqui a ideia de cidade Park: “A cidade é a mais consistente, e no geral, a melhor experiência corpo-consciência da mulher, sobre a sua

realidade enquanto sujeito, de acordo com o desejo de um coração que não é o seu. Porém se a cidade é um mundo que não pertence à mulher, então é esse mundo que de agora em diante, ela esta convidada a reivindicar. Assim, diretamente, com total consciência do seu corpo, sua alma e seu coração, essa é a sua tarefa: empoderar-se de si, emancipando assim seu desejo, seu corpo, sua cidade”. Por fim, se a cultura é feita por todas as pessoas, deixemos de seguir às ordens, doutrinas e diretrizes que nos são impostas. Há urgência da tomada da instrumentalização profissional para transformação cultural, de maneira que possam ser construídas cidades humanamente justas. Para isso, se faz mais que necessário relevar as diferentes realidades das mulheres brasileiras no momento em que legislações e diretrizes são aprovadas.

### Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo, Cia das Letras, 2014. Disponível em <<http://feminismoaesquerda.com.br/wp-content/uploads/2015/03/247288220-Adichie-Sejamos-Todos-Feministas.pdf>>. Acesso em 24 nov 2015.

ALESSI, Gil. *Morte de mulheres negras dispara com falta de amparo na periferia*. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654\\_549295.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654_549295.html)>. Acesso em: 24 nov 2015

ALMEIDA, Miguel Vale de. “*Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico*” Working Paper CRIA 1, Lisboa. 2009. Disponível em <[http://cria.org.pt/site/images/ficheiros\\_imagens/working\\_papers/wp\\_cria\\_1\\_ser\\_mas\\_nao\\_ser\\_vale\\_de\\_almeida.pdf](http://cria.org.pt/site/images/ficheiros_imagens/working_papers/wp_cria_1_ser_mas_nao_ser_vale_de_almeida.pdf)>

FLACSO. Julio J. Waiselfisz. *Mapa da violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*. CEBELA. FLACSO Brasil. Agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012\\_mulheres.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php)> Acesso em: 24 nov 2015.

HARKOT, Marina. “*A mulher, a cidade e o debate sobre o urbano.*” Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2015/09/02/a-mulher-a-cidade-e-o-debate-sobre-o-urbano/>>. Acesso em: 24 nov 2015.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LORDE, Audre. *There is no hierarchy of oppression*. In: Byrd, Rudolph P.; Cole, Johnnetta Betsch and Guy-Sheftall, Beverly (eds). *I Am Your Sister*. Collected and unpublished writings of Audre Lorde. Oxford: Oxford University Press, 2009:219-220. Tradução parcial disponível em: <<http://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/#gs.7qaWe68>>. Acesso em 24 nov 2015.

MACRAE, Edward. *Em defesa do gueto*. Disponível em: <<http://www.giesp.ffch.ufba.br/Textos%20Edward%20Digitalizados/3.pdf>>. [1983] Acesso em: 24 nov 2015.

MARICATO, Ermínia. [et al.] *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. 112 p.

MARICATO, Erminia. *Morte e vida do urbanismo moderno*. (Resenha de: *Morte e Vida de Grandes Cidades* de Jane Jacobs.) São Paulo, Martins Fontes, 2000. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. Janeiro de 2001. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_resenhajacobs.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_resenhajacobs.pdf)>. Acesso em: 24 nov 2015.

MARTINS, Felipe. *Brasil tem uma morte de LGBT a cada 28 horas, aponta estudo*. Disponível em: <<http://blogs.odia.ig.com.br/lgbt/2014/02/12/brasil-tem-uma-morte-de-lgbt-a-cada-28-horas-aponta-estudo/>>. Acesso em: 24 nov 2015.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea e CUNHA, Vivane Martins. *As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual*. Rev. Estud. Fem. [online]. 2013, vol.21, n.2 [citado 2014-08-12], pp. 463-484. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 nov 2015.

MOSCHKOVICH, Marília. “*O vagão para mulheres só anda para trás*”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/o-vagao-para-mulheres-so-anda-para-tras-1088.html>. [2013] Acesso em: 24 nov 2015.

NICHOSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas 8(2), 2000, p.9-42. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em 24 nov 2015.

NETO, Lucas. “*Expectativa de vida de travestis é de 35 anos, mas deve aumentar*”, afirma psicólogo social. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2015/02/expectativa-de-vida-de-travestis-e-de.html>>. Acesso em: 24 nov 2015.

RIBEIRO, Djamila. *Por um olhar interseccional*. Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/feminismo-interseccional/>>. 2015. Acesso em: 24 nov 2015

SABOYA, Renato. *Segurança nas cidades: Jane Jacobs e os olhos da rua*. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2010/02/seguranca-nas-cidades-jane-jacobs-e-os-olhos-da-rua/>>. Acesso em: 24 nov 2015.